



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
Casa Civil

OFÍCIO Nº 199/2024/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador ROGÉRIO CARVALHO  
Primeiro-Secretário do Senado Federal  
Senado Federal  
70165-900 Brasília/DF

**Assunto: Resposta ao Requerimento de Informação nº 1/2024.**

Referência: Ofício nº 224/2024 (SF), de 16 de abril de 2024.

Senhor Primeiro-Secretário,

Em resposta ao Ofício nº 224/2024 (SF) (5119823), referente ao Requerimento de Informação nº 1/2024 (5113150), por meio do qual foram solicitadas informações acerca das providências adotadas pelo governo federal para conter os atos relatados em carta denúncia da Cooperativa de Mineração dos Garimpeiros de Serra Pelada, conforme sugestão contida no relatório do Ofício "S" nº 33, de 2019, encaminho o Despacho SAIP/SAJ/CC/PR (5128663), da Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos desta Casa Civil.

Atenciosamente,

RUI COSTA  
Ministro de Estado



Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos, Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 15/05/2024, às 18:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **5720003** e o código CRC **A35CB7C5** no site:

[https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

---

**Referência:** Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00046.000444/2024-02

SUPER nº 5720003

Palácio do Planalto - 4º andar - Sala: 426 - Telefone: 61-3411-1121

CEP 70150-900 - Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

00046.000444/2024-02

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
Casa Civil  
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos  
Secretaria Adjunta de Atos Internacionais e Informações Processuais

Brasília, 19 de abril de 2024.

Ao GABIN/SAJ,

Assunto: **Requerimento de Informação - RIQ nº 1/2024.**

1. Trata-se do Ofício nº 74/2024/CGT/SSGP/SE/CC/PR (5113167) da Subsecretaria de Governança Pública da Secretaria-Executiva, que tem por objeto o **Requerimento de Informação (RIQ) nº 1/2024** (5113150) do Senado Federal, de autoria do Senador Zequinha Marinho. O parlamentar apresenta diversos quesitos sobre litígios, conflitos minerários de garimpagem em Serra Pelada no Estado do Pará e capacitação de pequenos mineradores, *"Requeiro (...) informações sobre as providências adotadas pelo Governo Federal para conter os atos relatados em carta denúncia da Cooperativa de Mineração dos Garimpeiros de Serra Pelada - COOMIGASP conforme sugestão contida no relatório do Ofício "S" nº 33, de 2019."*

2. Posteriormente, o ofício inaugural dos autos foi reiterado pelo Despacho (5119972), que **abreviou o prazo de análise da admissibilidade para o dia 19/04/2024.**

3. Os quesitos apresentados no Requerimento de Informação - RIQ nº 1/2024, são os seguintes:

- "1. informações sobre as ações do Governo Federal para resolução dos litígios referentes à garimpagem na região de Serra Pelada, no município de Marabá, Estado do Pará;*
- 2. relatório sobre a capacitação de pequenos mineradores quanto a técnicas não poluentes de extração de ouro e outros bens minerais;*
- 3. ações adotadas pela Agência Nacional de Mineração para resolução dos conflitos minerários que ocorrem na região de Serra Pelada."*

4. Feito o breve relatório, importa destacar que esse juízo preliminar tem por escopo avaliar a admissibilidade da demanda, seu enquadramento temático às competências da Casa Civil, a necessidade de coleta de subsídios de unidade técnica específica, bem como eventuais aspectos jurídicos relacionados ao Requerimento.

5. Quanto ao objeto das perguntas, convém destacar as atribuições da Casa Civil da Presidência da República, conforme a Lei 14.600, de 19 de junho de 2023, *in verbis*:

**"Da Casa Civil da Presidência da República**

Art. 3º À Casa Civil da Presidência da República compete assistir diretamente o Presidente da República no desempenho de suas atribuições, especialmente nos seguintes aspectos:

- I - coordenação e integração das ações governamentais;
- II - análise do mérito, da oportunidade e da compatibilidade das propostas, inclusive das matérias em tramitação no Congresso Nacional, com as diretrizes governamentais;
- III - avaliação e monitoramento da ação governamental e da gestão dos órgãos e das entidades da administração pública federal;
- IV - coordenação e acompanhamento das atividades dos Ministérios e da formulação de projetos e de políticas públicas;

- V - coordenação, monitoramento, avaliação e supervisão das ações do Programa de Parcerias de Investimentos e apoio às ações setoriais necessárias à sua execução;
- VI - implementação de políticas e de ações destinadas à ampliação da infraestrutura pública e das oportunidades de investimento e de emprego;
- VII - coordenação, articulação e fomento de políticas públicas necessárias à retomada e à execução de obras de implantação dos empreendimentos de infraestrutura considerados estratégicos;
- VIII - verificação prévia da constitucionalidade e da legalidade dos atos presidenciais;
- IX - coordenação do processo de sanção e veto de projetos de lei enviados pelo Congresso Nacional;
- X - elaboração e encaminhamento de mensagens do Poder Executivo federal ao Congresso Nacional;
- XI - análise prévia e preparação dos atos a serem submetidos ao Presidente da República;
- XII - publicação e preservação dos atos oficiais do Presidente da República;
- XIII - supervisão e execução das atividades administrativas da Presidência da República e, supletivamente, da Vice-Presidência da República; e
- XIV - acompanhamento da ação governamental e do resultado da gestão dos administradores, no âmbito dos órgãos integrantes da Presidência da República e da Vice-Presidência da República, além de outros órgãos determinados em legislação específica, por intermédio da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial."

6. Como se pode perceber da leitura do dispositivo legal trazido à baila, não há competência do Ministro de Estado para tratar sobre políticas nacionais de geologia, de exploração e de produção de recursos minerais e energéticos; política nacional de mineração e transformação mineral; e diretrizes para o planejamento dos setores de minas e de energia e elaboração e aprovação das outorgas relativas aos setores de minas e de energia, de modo ordinário e na forma colocada pelo i. Parlamentar.

7. Dito isto, obrigatório esclarecer que cabe aos Ministérios setoriais – conforme as suas áreas de competência – prestar informações ao parlamento quando requeridas com fundamento no Art. 50, §2º, da CF. Assim, o objeto do presente Requerimento de Informação envolve questões alheias a área de competência da Casa Civil. Inclusive, conforme dispõe o art. 216, do Regimento Interno do Senado Federal, os requerimentos devem se referir a área de competência do Ministério. Vejamos:

"Art. 216. Os requerimentos de informações estão sujeitos às seguintes normas:

- I - serão admissíveis para esclarecimento de qualquer assunto submetido à apreciação do Senado ou atinente a sua competência fiscalizadora;
  - II - não poderão conter pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade a quem sem dirija;
  - III - lidos no Período do Expediente, serão despachados à Mesa para decisão;
  - IV – **se deferidos, serão solicitadas, à autoridade competente, as informações requeridas**, ficando interrompida a tramitação da matéria que se pretende esclarecer; se indeferidos, irão ao Arquivo, feita comunicação ao Plenário;
  - V - as informações recebidas, quando se destinarem à elucidação de matéria pertinente a proposição em curso no Senado, serão incorporadas ao respectivo processo.
- § 1º Ao fim de trinta dias, quando não hajam sido prestadas as informações, o Senado reunir-se-á, dentro de três dias úteis, para declarar a ocorrência do fato e adotar as providências decorrentes do disposto no art. 50, § 2º, da Constituição.
- § 2º Aplicam-se, no que couber, as disposições do § 1º ao caso de fornecimento de informações falsas. *(grifo nosso)*"

8. Portanto, os requerimentos de informação somente poderão referir-se a ato ou fato, na área de competência do Ministério. Sendo certo que as atribuições da Casa Civil estão delimitadas pelo Decreto nº 11.329, de 1º de janeiro de 2023 e pela Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, e que o tema do Requerimento de Informação nº 1/2024-SF não se amolda ao rol das regras vigentes, é de se concluir que, por força do que prevê a estrita legalidade (art. 5º, inciso II, da CF), os quesitos do i. parlamentar não poderão ser esclarecidos pela Casa Civil.

9. Dessa forma, pela natureza da informação solicitada, é certo que esta atribuição não se insere dentro das competências assinaladas por lei à Casa Civil da Presidência da República, mas a outras pastas ministeriais, razão pela qual não será possível atender à solicitação do i. Senador.

10. Sendo esta a manifestação jurídica com relação às indagações encaminhadas por meio do Requerimento de Informação nº 1/2024 do Senado Federal, sugere-se que, uma vez aprovada, seja remetida à Subsecretaria de Governança Pública **até o dia 19/04/2024**.

**EDMIR GOMES DA SILVA JÚNIOR**

Assessor

Secretaria Adjunta de Atos Internacionais e Informações Processuais  
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos  
Casa Civil da Presidência da República

De acordo.

**SILTON BATISTA LIMA BEZERRA**

Secretário Adjunto

Secretaria Adjunta de Atos Internacionais e Informações Processuais  
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos  
Casa Civil da Presidência da República

Aprovo.

Ao GABIN/SAJ para providenciar conforme o item 10.

**MARCELO WEICK POGLIESE**

Secretário Especial Adjunto para Assuntos Jurídicos  
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos  
Casa Civil da Presidência da República



Documento assinado eletronicamente por **Edmir Gomes da Silva Júnior, Assessor(a)**, em 19/04/2024, às 16:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Silton Batista Lima Bezerra, Secretário(a) Adjunto(a)**, em 19/04/2024, às 16:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Weick Pogliese, Secretário(a) Especial Adjunto(a) substituto(a)**, em 20/04/2024, às 09:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **5128663** e o código CRC **26E4CCBB** no site:  
[https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)